



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS**

Data: 13 e 14 de fevereiro de 2020

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “O Milton Visconde”, Ministério da Saúde, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar, Brasília, Distrito Federal

OBJETIVOS DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

- 1) Socializar os informes e apreciar as indicações.
- 2) Conhecer e avaliar as ações adotadas pelo novo departamento e o contexto da política de AIDS no Brasil.
- 3) Atualizar e articular ações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.
- 4) Debater e deliberar sobre o modelo de financiamento e cadastro proposto para a atenção primária à saúde.
- 5) Apreciar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN.
- 6) Analisar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT.
- 7) Conhecer e discutir os impactos causados na saúde e a dimensão do derramamento de óleo nas praias do nordeste brasileiro.
- 8) Apresentar e apreciar questões relativas a Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.
- 9) Socializar e deliberar as demandas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde e encaminhamentos do Pleno.

**ITEM 1 – APROVAÇÃO DAS ATAS DAS 323ª E 324ª REUNIÕES
ORDINÁRIAS DO CNS E APROVAÇÃO DA PAUTA DA 326ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CNS**

Apresentação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS 323ª E 324ª REUNIÕES ORDINÁRIAS DO
CNS**

Deliberação: as atas da 323ª e 324ª Reuniões Ordinárias do CNS foram aprovadas por unanimidade.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 326ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a pauta da 326ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada por unanimidade.

ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências. Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Datas representativas para a saúde no mês de fevereiro. Informes. Indicações.

Coordenação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS; e **Marco Aurélio Pereira**, Secretário-Executivo Substituto do CNS

JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS – Albanir Pereira Santana; Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello; André Luiz de Oliveira; Antônio Lacerda Souto; Delmiro José Carvalho Freitas; Dulcilene Silva Tiné; Erivelto Fernandes do Nascimento; Gerídice Lorna Andrade de Moraes; José Eri Borges de Medeiros; Marisa Helena Alves; e Simone Maria Leite Batista.

APRESENTAÇÃO DE CONVIDADOS (AS), NOVOS CONSELHEIROS (AS) E COORDENADORES (AS) DE PLENÁRIA DE CONSELHOS DE SAÚDE –

Novos conselheiros: I – usuários: 2º Suplente: Jeová Pessin Fragoso - Movimento Brasileiro de Luta Contra as Hepatites Virais - MBHV (substituindo Aduino Vieira de Almeida); II - entidades nacionais dos profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde: 2º Suplente: Gildemar José Bezerra Crispim - Conselho Federal de Biologia - CFBio (substituindo Elisângela Aparecida Tibério Santana).

COORDENADORES DE PLENÁRIA: Carlos Alberto de Oliveira Silva, Sergipe; e Pedro Macedo Granja, Mato Grosso do Sul.

DATAS REPRESENTATIVAS PARA A SAÚDE NO MÊS DE FEVEREIRO – 4 de fev. - Dia Mundial do Câncer (OMS). 5 de fev. - Dia Nacional da Mamografia. 5 de fev. - Dia da Papioscopia. 7 de fev. - Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. 15 de fev. - Dia Internacional de Luta contra o Câncer Infantil. 20 de fev. - Dia Nacional de Combate às Drogas e Alcoolismo. 29 de fev. - Dia Mundial das Doenças Raras.

Solicitação de inclusão: 20 de fevereiro - dia mundial da justiça social.

INFORMES

1) O Conselho Federal de Nutricionistas ajuizou uma Ação Civil Pública com o objetivo de retirar os efeitos da Portaria nº. 2.979/2019, que extinguiu o repasse de recursos federais para financiamento para equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; e o Guia Alimentar para a População Brasileira completa 5 anos e, em comemoração, será realizado seminário, no dia 13 de fevereiro, das 14 às 17h, promovido pela Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do MS, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS.

Apresentação: conselheira **Myrian Coelho Cunha da Cruz**

2) Informe da Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS - CIEPCSS sobre a 2ª edição Projeto de Formação para o Controle Social. O CNS, em parceria com CEAP, inicia no dia 26 de fevereiro em Chapecó/Santa Catarina a segunda edição do projeto de formação para o Controle Social no SUS. O lançamento do projeto ocorrerá na oficina de Santa Maria, dia 3 de março, e contará com a participação do presidente do CNS, representante da OPAS, diretor do vídeo. Esta atividade será aberta à participação da sociedade em geral e terá o lançamento do vídeo, com posterior debate. Serão realizadas 84 oficinas distribuídas em todos os estados brasileiros e DF. Cada oficina terá duração de 3 dias e contará com trinta participantes, dos quais vinte serão conselheiras e conselheiros estaduais e municipais de saúde e dez lideranças de movimentos sociais, populares, sindicais. A seleção dos conselheiros de saúde, (obedecendo a paridade), será realizada pelas Comissões de Educação Permanente dos CES e a seleção das lideranças de movimentos sociais, pela Comissão Nacional de EP e CEAP. A expectativa da CIEPCSS/CNS, em relação aos participantes do curso, é que sejam multiplicadores do processo e que assumam o compromisso de desenvolver em seus espaços de atuação, atividades que dialoguem com a defesa da democracia, da saúde como direito humano, do SUS como política pública universal, integral e equânime a ser implementada de acordo com as necessidades e especificidades locais, reafirmando a importância participação da sociedade, e dos espaços de controle social. Para que este processo formativo tenha continuidade, a proposta é que estes multiplicadores sejam acompanhados pelos CES por meio das comissões estaduais/municipais de Educação Permanente, de modo que se possa construir no país uma rede de Educação Permanente que fortaleça o Controle Social no SUS. Conforme pactuado, os Conselheiros Nacionais de saúde não se inscreverão nas oficinas nos estados, para não utilizar vaga dos conselheiros estaduais e municipais de saúde, tendo em vista que muitos já realizaram a oficina na sua primeira edição e os demais terão oportunidade de realizar nos dias 17 e 18 de março, em Brasília. Esta decisão não inviabiliza a participação dos conselheiros que queiram se fazer presentes, no entanto, não terão custeio de suas despesas. Para que o projeto alcance seus objetivos, a CIEPCSS conta com todos os conselheiros para contribuir e potencializar a divulgação e mobilização das pessoas para que se inscrevam no site: www.formacontrolesocial.org.br. Estão em desenvolvimento pelo CNS dois projetos de formação/capacitação, que se encontram no site do CNS. Um deles é organizado pela CIEPCSS, que são as oficinas de formação para controle social, cujas inscrições estão sendo realizadas pela plataforma, site: www.formacontrolesocial.org.br. O outro é o curso *on line*, coordenado pela COFIN em parceria com CGU – Participação e Controle Social, através da Rede Conselhos.

Apresentação: conselheira **Sueli Terezinha Goi Barrios**

3) Informes do Movimento Nacional População em Situação de Rua-MNPR: a) participação do MNPR na Mesa de Abertura do VI Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde, que aconteceu de 6 a 9 de fevereiro de 2020. Conjuntura atual e alternativas para enfrentar a situação; b) o Movimento do Nordeste está realizando seminários para definir estratégias de enfrentamento das dificuldades postas; e c) eleição do movimento em São Paulo para escolha de representante.

Apresentação: conselheiro **José Vanilson Torres**

4) Informe sobre o Decreto n°. 10.236/2020, publicado no dia 11 de fevereiro de 2020, que institui o regimento interno do Conselho da Saúde Suplementar - CONSU. O documento apresenta alterações importantes na composição desse conselho, deslocando a presidência da Casa Civil para o Ministério da Saúde, além de definir qual será o regime de atividades da instituição. A publicação do regimento chama a atenção porque está alinhada à proposta de mudança na lei de planos de saúde, vazada pelo jornalista Elio Gaspari no ano passado, elaborada pelas operadoras de planos de saúde. Essa proposta, negativa para os usuários de plano de saúde e para o SUS, previa, entre outras questões, a capacidade do CONSU realizar arbitragens em caso de conflitos entre a ANS e empresas de planos de saúde, ou ainda entre empresas e usuários. É preciso alerta para essa situação. A Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar do CNS se reunirá para tratar do tema.

Apresentação: conselheira **Ana Carolina Navarrete**

5) Participação na solenidade de comemoração dos 75 anos do Sindicato dos Trabalhadores de saúde do Rio Grande do Sul.

Proposta: elaborar moção de aplauso ao trabalho realizado pelo sindicato. A proposta seria apreciada no último item da pauta.

Apresentação: conselheira **Maria Laura Carvalho Bicca**

6) Informes: mudanças na gestão de secretarias do MS – Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde – SCTIE/MS; e Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS - **Robson Santos da Silva** assumiu a Secretaria em substituição a **Silvia Nobre Waiãp**; distribuição de exemplares do livro “Direito Sanitário: Oportuna discussão via coletânea de textos do *blog* Direito Sanitário: saúde e cidadania”, que traz uma coletânea dos 208 primeiros textos e seus respectivos comentários, todos publicados no referido *blog*, da Rede Direito Sanitário: Saúde e Cidadania (Rede DS). Ao todo, são 32 autores e mais de 250 discussões e comentários (o livro foi organizado pelo conselheiro quando ele ocupava o cargo de diretor adjunto da ANVISA); dom Leonardo Steiner assumiu como novo arcebispo de Manaus – proposta: enviar voto de congratulação (a ser apreciada no último item da pauta); e lançamento da Exortação Apostólica Pós-Sinodal do Papa Francisco, fruto do Sínodo dos Bispos para a Amazônia, no dia 12 de fevereiro de 2020, resultado da “Assembleia Especial sobre os novos caminhos para a Igreja e por uma ecologia integral”, realizada no mês de outubro de 2019, no Vaticano.

Apresentação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**

INDICAÇÕES

1) Indicação de representante do segmento de usuários para compor o Conselho de Administração da HEMOBRÁS. Obs.: Não há impedimento a renúncia de recebimento da remuneração paga aos conselheiros da HEMOBRÁS, através do recebimento de GTON.

Encaminhamento: o Fórum de Usuários aprofundará o debate na sua próxima reunião para definição a respeito.

2) Indicação de conselheiro (a) do segmento dos Trabalhadores (as) para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição a Dirceu Bartolomeu Greco (SBB), segmento dos profissionais de saúde.

Indicação: conselheira **Elisabete Pimenta Araújo Paz**

3) Confirmação/indicação de representantes para o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos - CNPURM. O Comitê, considerando a nova portaria da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde - SCTIE/MS, possui caráter consultivo e propositivo e é coordenado pela Secretaria, por meio do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF/SCTIE/MS. O CNPURM tem por finalidade orientar e propor ações, estratégias e atividades para a promoção do uso racional de medicamentos no âmbito da Política Nacional de Promoção da Saúde. A Secretaria solicita a confirmação dos representantes atuais ou novas indicações. Atualmente representam o CNS no CNPURM: conselheira Ana Lúcia, da Silva Marçal Paduello (Titular); e conselheira Maria da Conceição Silva (Suplente)

Indicação: reconduzir as conselheiras **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello** (titular) e **Maria da Conceição Silva** (suplente) para o CNPURM.

4) Solenidade em comemoração aos 75 anos do SINDISAÚDE-RS, Saúde: direito de todos, dever do estado. **Data:** 7 de fevereiro de 2020. **Local:** Porto Alegre/RS.

Indicação: conselheira **Maria Laura Carvalho Bicca** (referendar).

5) Convite da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao CNS para participar da audiência pública de Instrução da Proposta de Emenda à Constituição n°. 187 de 2019, que institui reserva de Lei complementar para criar fundos públicos e extingue os que não forem ratificados até o segundo exercício financeiro, subsequente à promulgação da Emenda, no Senado Federal. **Data:** 11 de fevereiro de 2020. **Local:** Brasília/DF.

Indicação: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo** (referendar)

6) O plenário do Conselho de Saúde do Distrito Federal aprovou em sua 445ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de dezembro de 2019, a realização de audiência pública, no dia 13 de fevereiro de 2020, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, para avaliar os impactos da Medida Provisória n°. 890/2019, aprovada pelo Senado Federal, em 27 de novembro de 2019, associada aos prejuízos já causados pela publicação da Portaria MS 2.979/2019. Esta define segue a Recomendação n° 55, aprovada pelo Pleno do CNS, na 324ª Reunião Ordinária, realizadas nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019, que recomenda às Assembleias Legislativas Estaduais, Câmaras de Vereadores e Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde: que realizem audiências públicas sobre o tema, com a finalidade de avaliar os impactos da Medida Provisória n°. 890/2019, associada aos prejuízos já causados pela publicação da Portaria MS 2.979/2019. Nesse sentido, o Conselho de Saúde do DF convida o CNS para compor a mesa da audiência pública e tratar sobre o novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde. **Data:** 13 de fevereiro de 2020. **Local:** Câmara Legislativa do DF.

Indicação: conselheira **Maria da Conceição Silva** (referendar).

7) Convite da Conferência Nacional de Bispos do Brasil ao conselheiro André Luiz de Oliveira para palestrar no Encontro de Formação de Conselheiros de Políticas Públicas ligados à igreja Católica (A CNBB arcou com todos os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação). Data: 11 a 13 de fevereiro de 2020. Local: Brasília/DF.

Indicação: conselheiro **André Luiz Oliveira** (referendar).

8) Workshop Internacional do Laboratório Ítalo-Brasileiro de Pesquisa e Práticas Saúde Coletiva, pela OPAS/OMS. (Custeio pela OPAS). **Data:** 17 a 22 de fevereiro de 2020. **Local:** Bolonha/Itália.

Indicação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira** (referendar).

9) 10º Encontro Nacional das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora – 10º CISTÃO. Data: 25 a 27 de março de 2020. Local: Brasília/DF.

Indicação: segmento de usuários: conselheira **Marcia Patrício de Araújo**; conselheira **Marisa Furia Silva**; conselheiro **Eduardo Maércio Fróes**; e conselheiro **Erivelto Fernandes do Nascimento**; segmento dos trabalhadores da saúde: conselheira **Maria Laura Carvalho Bicca**; e conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**; segmento dos gestores/prestadores (dois): a indicar.

9) Indicação de Conselheiro (a) para a Coordenação Adjunta da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho - CIRHRT, em substituição a Nara Monte Arruda (UNE), segmento dos usuários.

Indicação: conselheira **Manuelle Maria Marques Matias**, ANPG, 1ª coordenação adjunta; e conselheira **Vitória Davi Marzola**, UNE, 2ª coordenação adjunta.

Deliberação: as indicações foram aprovadas, em bloco, por unanimidade.

Homenagem à ex-conselheira Fernanda Benvenuth, que faleceu no dia 2 de dezembro de 2019.

Apresentação: conselheiro **Jonathan Silva**

ITEM 3 – RADAR - Avaliação da Política de Aids no Brasil

Apresentação: **Gerson Pereira**, diretor do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – DCCI/SVS/MS; e **Carlos Ebeling Duarte**, representante da Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS - ANAIDS

Coordenação: conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Plenário decidiu elaborar minuta de recomendação contemplando as propostas que emergiram do debate: **a)** solicitar resposta do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – DCCI/SVS/MS sobre a efetividade (custo/benefício) do tratamento da Terapia Antirretroviral no Brasil, mostrando o avanço da resposta Brasil para conter a epidemia, minimizar óbitos e preservar

a vida e a saúde da população (estudos e pesquisas); **b)** solicitar ao Ministério da Saúde que retome e amplie as ações de prevenção das DST/AIDS/HIV voltadas a adolescentes e jovens, com campanhas informativas, de acordo com dados atuais e a realidade brasileira; **c)** aprovar moção de repúdio às declarações do Presidente da República, proferidas em 5 de fevereiro de 2020, afirmando que as pessoas com HIV/Aids são uma “despesa” à sociedade brasileira”; **d)** revitalizar as ações de parceria com a iniciativa privada para fomentar mais ações de promoção da saúde e prevenção; e **e)** estreitar ainda mais o contato com os movimentos sociais para retomar as parcerias com as ONG no Brasil. A minuta de recomendação foi apreciada e votada no último item da pauta.

ITEM 4 – O CENÁRIO DO NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Apresentação: **Maria José Oliveira Evangelista**, assessora do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; e **Lígia Giovanella**, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/Fiocruz

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, as propostas foram as seguintes: **a)** continuar a agenda de debate dessa temática no CNS (iniciada no final de 2019, com indicativo de término em maio de 2020); **b)** reforçar a orientação às comissões do CNS que aprofundem o debate desse tema, a fim de levantar subsídios para deliberação do Pleno; e **c)** apreciar as propostas que emergiram do debate no último item da pauta (das propostas apresentadas, destaca-se a sugestão de rejeitar a proposta do novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde).

ITEM 5 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO - CIRHRT

Coordenação: conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

Composição da mesa: conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora da CIRHRT/CNS; conselheira **Manuelle Maria Marques Matias**, coordenadora adjunta da CIRHRT/CNS; e conselheira **Vitória Davi Marzola**, 2ª coordenadora adjunta da CIRHRT/CNS

Deliberação: o Pleno aprovou, por unanimidade, os 48 pareceres apresentados pela CIRHRT/CNS e aprovados *ad referendum* pela Mesa Diretora do CNS (37 processos satisfatórios com recomendação e onze insatisfatórios).

ITEM 6 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN

Apresentação: **Francisco Funcia**, assessor técnico da COFIN/CNS

Coordenação: conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **a)** aprovada, por unanimidade, recomendação ao Exmo. Sr. Presidente da República para adoção de medidas corretivas urgentes para que não ocorra a redução de recursos em 2020 para as despesas com ações e serviços públicos de saúde (conforme princípio constitucional da vedação de retrocesso) como decorrência da redução real no piso federal do SUS verificada nos últimos anos, e com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde no âmbito federal, nos termos das diretrizes para o estabelecimento das prioridades para 2020 aprovadas pela Resolução 614, de 15 de fevereiro de 2019, do Conselho Nacional de Saúde, homologada pelo Senhor Ministro da Saúde e publicada no Diário Oficial da União nº 54, de 20 de março de 2019; **b)** aprovada, por unanimidade, com alterações, resolução que aprova diretrizes referentes à definição de prioridades para as ações e serviços públicos de saúde que integrarão a Programação Anual de Saúde e o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2021; e **c)** aprovada, por unanimidade, recomendação aos Senadores da República e aos Deputados Federais que não aprovem as PEC 186, 187 e 188.

ITEM 7 – IMPACTOS NA SAÚDE CAUSADOS PELO VAZAMENTO DE ÓLEO NO MAR

Apresentação: **Joana Rodrigues Mousinho**, representante da Articulação Nacional das Pescadoras

Coordenação: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS

O Ministério do Meio Ambiente, convidado a participar do debate, não enviou representante.

Deliberação: neste ponto, o Pleno decidiu: **1)** elaborar minuta de recomendação tendo por subsídio as propostas apresentadas durante o debate direcionadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: **a)** implementação de ações que agilizem a liberação imediata do Registro Geral de Pesca às comunidades quilombolas e extrativistas, que dependem da pesca para sobreviver, e que tiveram as suas atividades afetadas pelo derramamento de petróleo na costa brasileira; e **b)** apresentação de um plano de ampliação do cadastramento (RGP) a fim de destinar a concessão do benefício a todas as trabalhadoras e trabalhadores que, embora não cadastrados, tiveram as suas rendas familiares comprometidas, considerando a relação nominal dos pescadores com protocolo de registro inicial junto às Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos estados afetados, e das informações do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a relação de pescadores profissionais artesanais que apresentaram requerimento de seguro-desemprego (defeso). A minuta de recomendação foi apreciada no último item da pauta; **2)** solicitar ao Ministério da Saúde que divulgue informações na área de vigilância em saúde (sanitária, ambiental e do trabalhador (a)), com dados sobre a situação do derramamento de óleo até o momento; e **3)** reiterar o pedido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para que se posicione publicamente sobre a situação, com relatório oficial, a fim de conhecer o plano de trabalho adotado diante da situação.

ITEM 8 – MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS

Apresentação: **Wanderson Kleber de Oliveira**, Secretário de Vigilância em Saúde – SVS/MS; **Maria Almirón**, Coordenadora da Unidade Técnica de Vigilância, preparação e resposta a emergências e desastres - Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde; e **Rivaldo Venâncio da Cunha**- Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência - FIOCRUZ

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, as deliberações foram as seguintes: **a)** divulgar no site do CNS o link do portal do Ministério da Saúde com informações acerca da temática; **b)** dar visibilidade e contribuir com as medidas de prevenção e colocar-se à disposição para contribuir com as ações de cuidado, caso necessário; e **c)** reiterar a defesa do SUS, considerando as ações adotadas diante do surto de coronavírus, sinalizando a importância de valorizar o serviço público.

ITEM 9 – 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA

Coordenação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: **Robson Santos da Silva**, Secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI/MS

Deliberação: reservar maior tempo na pauta de reunião futura do CNS para apresentação das ações da SESAI/MS sob a gestão do novo Secretário, **Robson Santos da Silva** (remeter à Mesa Diretora do CNS).

ITEM 10 – COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS E ENCAMINHAMENTOS DO PLENO - Comissões Intersectoriais. Câmaras Técnicas. Coordenação Nacional de Plenárias de Conselhos de Saúde.

Apresentação: conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

I - Proposta de mobilização da “Semana da Saúde 2020” - Proposta de Calendário 2020 encaminhada pela Jornada de Lutas

Deliberação: a proposta foi ratificada pelo Pleno, com sugestão de outras atividades para serem incluídas na agenda.

II – Minuta de moção de repúdio, cujo mérito fora aprovado no item 3 – Radar da pauta. No documento, o CNS manifesta repúdio às declarações do Presidente da República proferidas em 5 de fevereiro de 2020, segundo o qual as pessoas com HIV/Aids são uma “despesa” à sociedade brasileira.”

Deliberação: a moção de repúdio foi aprovada por unanimidade.

II – Minuta de recomendação, elaborada pela CIRHRT/CNS. No documento, o CNS recomenda aos Conselhos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que criem Comissões Intersectoriais de Recursos Humanos e Relações de Trabalho em suas respectivas estruturas organizacionais.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

III – Minuta de moção de apoio. No documento, o CNS manifesta apoio e solidariedade ao conjunto de servidores públicos federais, estaduais e municipais, seja dos poderes executivo, legislativo e judiciário, reafirmando nosso reconhecimento e valorização a todos e todas que constroem, cotidianamente, nos diferentes espaços da nação e os serviços públicos como investimento incalculável para uma sociedade mais justa, democrática, participativa, plural e igualitária.

Deliberação: a moção de apoio foi aprovada por unanimidade.

IV – Minuta de recomendação, cujo mérito fora aprovado no item 3 – Radar da pauta. No documento, o Plenário do CNS recomenda ao Ministério da Saúde que: produza estudo técnico (pesquisa) sobre a efetividade (custo benefício) do TARV no Brasil, mostrando os avanços da Resposta Brasil para conter a epidemia, minimizar óbitos e preservar a vida e a saúde da população; retorne e amplie as ações de prevenção informativas voltadas para adolescentes e jovens, com campanhas atuais e realistas de acordo com a atual realidade brasileira; revitalize as ações de parceria com a iniciativa privada para fomentar mais políticas de promoção da saúde e prevenção estratégica; e fortaleça ainda mais o contato com os movimentos sociais para retomar as parcerias com as ONGs no Brasil.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

V- Minuta de recomendação, decorrente do item 7 da pauta. No documento, o Plenário do CNS recomenda ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que: implemente ações para agilizar a liberação imediata do Registro Geral de Pesca (RGP) para as comunidades quilombolas e extrativistas, que dependem da pesca para sobreviver, e que tiveram as suas atividades afetadas pelo derramamento de petróleo bruto na costa brasileira; e, a partir da relação nominal dos pescadores com protocolo de registro inicial junto às Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos estados afetados, e das informações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre a relação de pescadores profissionais artesanais que apresentaram requerimento de seguro-desemprego (defeso), apresente um plano de ampliação do cadastramento (RGP) a fim de destinar a concessão do benefício à todas as trabalhadoras e trabalhadores que, embora não cadastrados, tiveram as suas rendas familiares comprometidas.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

VI – Minuta de recomendação apresentada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde – FENTAS. No documento, o Plenário do CNS recomenda à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): 1 - Que não realize alteração da RDC nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, baseada na proposta da consulta nº 753 de 12 de dezembro de 2019; 2 - Que promova espaços democráticos de discussão quanto à RDC nº 7/2010, como audiências públicas; e 3 - Que estabeleça agenda com o Conselho Nacional de Saúde para a discussão do tema.

Deliberação: a recomendação foi aprovada, por unanimidade com um acréscimo. Além disso, foi solicitada a participação dos conselheiros na

consulta, tendo por subsídio a recomendação aprovada (sugestão: incluir o documento como anexo ao participar).

VII – Minuta de recomendação elaborada pela Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição - CIAN/CNS. No documento, o Plenário do CNS recomenda aos Excelentíssimos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em especial ao Sr. Relator, Ministro Edson Fachin, que declarem a inconstitucionalidade das Cláusulas Primeira e Terceira do Convênio CONFAZ nº 100/1197 e os 24 dispositivos apontados da TIPI.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

VIII – Minuta de recomendação elaborada pela Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição - CIAN/CNS. No documento, o Plenário do CNS recomenda ao Ministério da Saúde que apoie a implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Deliberação: a recomendação foi aprovada, por unanimidade, com uma modificação.

IX - Informe da Coordenação de Plenária de Conselhos

Informe sobre a reunião de coordenadores nos dias 28 e 29 de janeiro de 2020. Como resultado da reunião, foi sugerida a realização da XXII plenária nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2020.